

## JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — *Diretora*VICTORIO BHERRING CABRAL — *Superintendente Geral*MARCOS SÁ CORRÉA — *Editor*FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Executivo*ROBERTO POMPEU DE TOLEDO — *Editor Executivo*

O Órgão

## Camisas-de-Força

**V**ai longe o tempo em que o brasileiro se iludia com a tese de que grandes gastos do Estado geravam desenvolvimento. A década de 80 mostrou que os gastos excessivos só produziram uma inflação acelerada. O sonho do crescimento se transformou na realidade da estagnação, do estreitamento do mercado de trabalho, e da concentração de renda. O Estado hoje é fator de atraso, ao pesar demasiado sobre os ombros do setor privado.

Uma grande camada do Congresso, infelizmente, continua a viver no passado. É o que sugerem os 152 destaques apresentados na Comissão Mista de Orçamento do Congresso. Eles mutilam de modo irremediável as intenções do projeto de lei de diretrizes orçamentárias do Deputado José Serra, do PSDB de São Paulo, para legar ao próximo presidente da República um orçamento austero em 1990, como forma de obter sucesso no combate à inflação com a credibilidade adquirida na eleição por maioria de votos.

Há um deputado que não pretende limitar, no orçamento do próximo ano, os gastos do atual governo à data da transmissão, em 15 de março, o que jogaria por terra desde já as intenções de austeridade. O mesmo parlamentar quer evitar que o Congresso receba a lista de funcionários públicos para averiguar quem recebe em dois guichês do Estado. Outros destaques pretendem anular a limitação de crescimento zero da folha de pessoal; o veto ao uso generalizado de carros oficiais nos três poderes; o corte de 50% nos subsídios e incentivos fiscais; o controle dos gastos do Judiciário; e que os estados e municípios quitem um mínimo de 25% dos juros e encargos de suas dívidas externas.

Há motivos suspeitos para que deputados e senadores queiram evitar o salutar princípio da austeridade nos gastos públicos. Em primeiro lugar, os gastos do Legislativo também ficariam sujeitos à camisa-de-força, dificultando o empre-

go em massa de parentes, amigos e correligionários não apenas no Congresso, mas no setor público como um todo. A limitação do empenho de verbas do orçamento também poderia bloquear obras no interior, com as quais senadores e deputados contam melhorar suas possibilidades eleitorais em 15 de novembro de 1990.

Puro engano dos que pensam ainda ser possível ganhar eleição agradando as bases com a velha prática do clientelismo nas obras públicas e na recomendação de empregos. A quase totalidade do atual Congresso não será reeleita em 1990 porque demonstrou não ter compromisso com a nação. A sociedade sabe que a falta de vigilância do Congresso sobre os gastos públicos é um dos responsáveis pela crise econômica.

Em conferência recente na Escola Superior de Guerra o presidente da República reconheceu que o orçamento está quase todo comprometido com os gastos correntes e transferências a estados e municípios. O país está às voltas com um déficit público crescente, causado pelo excesso de demanda de gastos e incentivos e subsídios do Estado a segmentos privilegiados do setor privado. Na definição do economista Périco Arida, um dos pais do Cruzado, essas demandas representam quase duas vezes o Produto Interno Bruto. Sem caricaturar as emendas parlamentares ao projeto do deputado José Serra, pode-se concluir que os deputados e senadores propõem gastos imaginando que o PIB é o dobro do que é na realidade...

O país atravessa grave momento após a rápida aceleração dos preços no descongelamento que desenha nas mentes a ameaça de hiperinflação. Evitar a concretização da ameaça é o que pretende a proposta do deputado do PSDB paulista. O sentido político de seu projeto é evitar que o futuro presidente encontre um orçamento retalhado que o impeça de executar sua missão inicial mais importante: o combate à inflação para o Brasil poder retomar a trilha do crescimento.